



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

DIREITO

ISSN IMPRESSO 2316-3321

E - ISSN 2316-381X

DOI - 10.17564/2316-381X.2018v6n3p57-70

DOSSIÊ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

INTERAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERIFERIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG

**SOCIO-POLITICAL INTERACTIONS AND ACCESS TO PUBLIC POLICIES IN PERIPHERY: A STUDY OF CASE ON THE ASSOCIATIVE
MOVEMENTS OF LAVRAS-MG MUNICIPALITY**

**INTERACCIONES SOCIOPOLÍTICAS Y EL ACCESO A LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN LA PERIFERÍA: UN ESTUDIO DE CASO SOBRE LOS
MOVIMIENTOS ASOCIATIVOS DEL MUNICIPIO DE LAVRAS-MG**

Jéssika Jonas Clemente Silva¹

Júlia Moretto Amâncio²

RESUMO

O enfoque das políticas públicas está hoje no nível local, nos processos de implementação e adaptação às realidades múltiplas e descentralizadas, de acordo com Faria (2012). O reconhecimento da descentralização das políticas públicas faz com que se reconheçam também, as interações que ligam as comunidades ao poder público (AMÂNCIO, 2013). Para Lavalle e Isunza (2010), a descentralização estimula o fortalecimento do nível local, esfera onde ocorre a prestação de serviços e a multiplicação de instâncias de contato com a burocracia de nível de rua. Os cidadãos que acessam os serviços públicos conhecem, portanto, suas necessidades e demandas. Partindo de tal conjectura, são conside-

rados importantes agentes ativadores de mecanismos de controle das ações do Estado, visto que, pressionam os políticos e a burocracia de nível de rua, a responsabilização estatal. O controle social torna-se, então, um mecanismo de desenvolvimento do processo democrático, e também, um instrumento de aperfeiçoamento da qualidade dos serviços públicos. Este estudo tem por finalidade, explorar as relações entre Estado e sociedade civil a nível local, partindo das experiências de associativismo comunitário, identificadas em dois bairros periféricos do município de Lavras – MG, sendo eles: Fonte Verde e Novo Horizonte. Bairros estes, escolhidos a partir da concentração de famílias de bai-

xa renda, onde as mesmas estão segregadas territorial e politicamente em regiões análogas. Observando os múltiplos acessos, atores e relações envolvidas no nível local, articulados em torno da busca por melhorias na qualidade das políticas públicas e o acesso aos direitos coletivos. Tal estudo de caso foi realizado a partir de observações empíricas, no período de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016, por meio do projeto de iniciação científica Dinâmicas políticas microterritoriais e acesso às políticas públicas no município de Lavras. O recorte territorial adotado no estudo revela semelhanças e diferenças entre os bairros analisados, bem como as formas de permeabilidade estatal, representadas por meio dos repertórios de ação coletiva, que viabiliza as interações sociopolíticas na busca de melhorias na qualidade dos serviços públicos e acesso aos direitos

coletivos o perfil mobilizador dos atores coletivos, as relações que estes atores estabelecem com atores políticos e funcionários dos equipamentos públicos. Será possível analisar ainda, as demandas sociais, que foram se modificando ao longo do tempo, na medida em que eram conquistadas, as trajetórias de mobilização e os investimentos estatais distintos em infraestrutura urbana nos bairros, evidenciado pela presença ou ausência de equipamentos públicos, nos quais estabeleceram precariedades distintas entre eles.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas. Participação. Interações Sociopolíticas. Repertórios de Ação Coletiva. Controle Social.

ABSTRACT

The focus of public policies is today at the local level, in the processes of implementation and adaptation to multiple and decentralized realities, according to Faria (2012). The recognition of the decentralization of public policies makes it possible to recognize also the interactions that bind the communities to the public power (AMÂNCIO, 2013). For Lavallo and Isunza (2010), decentralization encourages the strengthening of the local level, a sphere where service delivery occurs and the multiplication of instances of contact with street level bureaucracy. Citizens who access public services therefore know their needs and demands. Starting from such a conjecture, they are considered important agents that activate mechanisms to control the actions of the State, since they put pressure on the politicians and the street level bureaucracy, state accountability. Social control then becomes a mechanism for developing the democratic process, and also an instrument for improving the quality of public services. The purpose of this study is to explore the relationship between State and civil society at the local level, starting

from the experiences of community associations, identified in two peripheral districts of the municipality of Lavras - MG, being: Fonte Verde and Novo Horizonte. These neighborhoods, chosen from the concentration of low-income families, where they are segregated territorially and politically in similar regions. Observing the multiple accesses, actors and relationships involved at the local level, articulated around the search for improvements in the quality of public policies and access to collective rights. This case study was carried out from empirical observations, from January 2015 to February 2016, through the project of scientific initiation - Dynamic microterritorial policies and access to public policies in the municipality of Lavras. The territorial breakdown adopted in the study reveals similarities and differences between the neighbourhoods analyzed, as well as the forms of state permeability, represented through collective action repertoires, which enables socio-political interactions in the pursuit of improvements in the quality of public services and access to rights collective profile the mobilizing profile of

the collective actors, the relations that these actors establish with political actors and public equipment employees. It will be possible to analyze the social demands that have been changing over time, as they were conquered, the mobilization trajectories and the different state investments in urban infrastructure in the neighbourhoods, evidenced by the

presence or absence of public facilities, in the established disparities between them.

KEYWORDS

Public Policies. Participation. Socio-Political Interactions. Repertoires of Collective Action. Social Control.

RESUMEN

El enfoque de las políticas públicas está hoy, a nivel local, en los procesos de implementación y adaptación a las realidades múltiples y descentralizadas, de acuerdo con Faria (2012). El reconocimiento de la descentralización de las políticas públicas hace que se reconozcan también, las interacciones que unen a las comunidades al poder público (AMÂNCIO, 2013). Para Lavalle e Isunza (2010), la descentralización estimula el fortalecimiento del nivel local, esfera donde ocurre la prestación de servicios y la multiplicación de instancias de contacto con la burocracia de nivel de calle. Los ciudadanos que acceden a los servicios públicos conocen, por lo tanto, sus necesidades y demandas. A partir de tal conjetura, se consideran importantes agentes activadores de mecanismos de control de las acciones del Estado, ya que presionan a los políticos y la burocracia de nivel de calle, la responsabilidad estatal. El control social se convierte entonces en un mecanismo de desarrollo del proceso democrático, y también un instrumento de perfeccionamiento de la calidad de los servicios públicos. Este estudio tiene por finalidad, explorar las relaciones entre Estado y sociedad civil a nivel local, partiendo de las experiencias de asociativismo comunitario, identificadas en dos barrios periféricos del municipio de Lavras - MG, siendo ellos: Fuente Verde y Novo Horizonte. Los barrios son elegidos a partir de la concentración de familias de bajos ingresos, donde las mismas están segregadas territorial y políticamente en regiones análogas. Observando los múltiples accesos, actores y relaciones involucradas a nivel

local, articulados en torno a la búsqueda de mejoras en la calidad de las políticas públicas y el acceso a los derechos colectivos. Este estudio de caso fue realizado a partir de observaciones empíricas, en el período de enero de 2015 a febrero de 2016, a través del proyecto de iniciación científica -Dinámicas políticas microterritoriales y acceso a las políticas públicas en el municipio de Lavras. El recorte territorial adoptado en el estudio revela semejanzas y diferencias entre los barrios analizados, así como las formas de permeabilidad estatal, representadas por medio de los repertorios de acción colectiva, que viabiliza las interacciones sociopolíticas en la búsqueda de mejoras en la calidad de los servicios públicos y acceso a los derechos colectivos el perfil movilizador de los actores colectivos, las relaciones que estos actores establecen con actores políticos y funcionarios de los equipos públicos. Es posible analizar aún, las demandas sociales, que se fueron modificando a lo largo del tiempo, en la medida en que eran conquistadas, las trayectorias de movilización y las inversiones estatales distintas en infraestructura urbana en los barrios, evidenciado por la presencia o ausencia de equipamientos públicos, que establecieron precariedades distintas entre ellos.

PALABRAS CLAVE

Políticas Públicas. Participación. Interacciones Sociopolíticas. Repertorios de Acción Colectiva. Control Social.

1 INTRODUÇÃO

As interações socioestatais são permeadas por contrangimentos e possibilidades que impulsionam o avanço das experiências participativas, dado todo contexto e trajetória relacional (AMÂNCIO, 2013). A participação de atores sociais nos processos das políticas públicas, só se torna possível mediante a abertura das estruturas políticas e institucionais do Estado (AVRITZER, 2007). No Brasil nos anos 1940 e 1950, as interações socioestatais estabelecidas em torno de demandas urbanas eram constituídas por atores coletivos organizados em associações comunitárias (DUARTE, 2008).

Posteriormente, as relações foram estabelecidas pelos chamados “novos movimentos sociais”, que se organizavam em ações reivindicativas também em torno das carências urbanas, nos anos 1970 e 1980 (GOHN, 2008). Com o alargamento da democracia brasileira e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, nos anos 1990 as interações socioestatais converteram-se também na atuação em espaços participativos (TATAGIBA, 2011).

Desde então, a literatura sobre participação social, passou a enfatizar os espaços institucionais de participação em detrimento dos atores e suas práticas. Contudo, as interações socioestatais devem ser analisadas para além dos espaços participativos, uma vez que, o foco nas instituições participativas, acaba por excluir certos atores, visto que, sua abordagem se restringe “àqueles mais organizados e detentores de maiores recursos políticos e até mesmo materiais e que atuam em âmbito municipal” (AMÂNCIO, 2013, p. 23). O recorte analítico da literatura sobre os espaços participativos e atores coletivos mais organizados em nível local, “[...] invisibilizou certos tipos de estratégias de interação com o poder público para o encaminhamento das demandas coletivas, que passam ao largo desses espaços” (AMÂNCIO, 2013, p. 23).

Este estudo tem por objetivo explorar as relações entre Estado e sociedade civil no nível local, partindo das experiências de associativismo comunitário identificadas em dois bairros periféricos do muni-

cípio de Lavras-MG: Fonte Verde e Novo Horizonte, escolhidos a partir da concentração de famílias de baixa renda em ambos os bairros.

Procura-se, neste estudo, a compreensão das relações que permeiam a busca por melhorias na qualidade dos serviços públicos e o acesso aos direitos coletivos, que embasa a construção do histórico de mobilização dos bairros analisados, o reconhecimento dos diversos modos de ação coletiva utilizados pelas comunidades, a identificação das redes de relações entre as lideranças comunitárias e lideranças políticas no município e funcionários dos equipamentos públicos, pautada no encaminhamento de demandas e na cobrança de melhorias nos serviços públicos. O estabelecimento de comparações das experiências de mobilização comunitária, o levantamento das principais demandas relacionadas aos direitos sociais e coletivos e a identificação das conjunturas críticas e fatores que explicam momentos de maior ou menor mobilização local em cada um dos bairros analisados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura sobre participação e movimentos sociais no Brasil evidencia a trajetória do associativismo local¹, a ascensão das experiências dos movimentos populares urbanos, a formação dos atores coletivos e suas relações com as instituições políticas, movimentos sociais, religiosos e partidos políticos, a partir das mobilizações urbanas em torno de carências coletivas na cidade de São Paulo².

Esta seção fará a recuperação e organização das perspectivas analíticas e interpretativas, que apresentam uma abordagem relacional entre Estado e

1 Expressa os laços associativos encontrados no nível local, representado pelas associações comunitárias ou de moradores, que organizam demandas coletivas e as encaminham para o poder público, e desempenham uma variedade de atividades, em diversos setores, que vão desde ações reivindicatórias até a prestação de serviços.

2 A literatura sobre associativismo, participação e movimentos sociais é bastante extensa na análise sobre a cidade de São Paulo, por esta razão, adoto os estudos realizados na mesma, mesmo compreendendo as limitações em comparar os contextos ali empreendidos, com o município de Lavras, e não pretendo assim fazer. Apenas os referencio por eles serem um arcabouço analítico relevante no debate nacional sobre o tema.

sociedade civil, apresentando conceitos e tipologias úteis para a análise que este estudo pretende realizar. Evidenciando a trajetória da cidadania no Brasil, firmada sobre as carências urbanas e como estas influenciaram o associativismo local em São Paulo, a constituição de novos atores coletivos, a ampliação e modificação das estratégias de permeabilidade no Estado ao longo do tempo e formas de ação coletiva encontradas no microterritório.

2.1 CARÊNCIAS URBANAS E ASSOCIATIVISMO LOCAL

Nos anos 1940 e 1950, atores comunitários já se organizavam em torno das demandas da comunidade (DUARTE, 2008). Nos anos 1970 e 1980 a busca pelas demandas sociais pautou-se pelas ações de diversos movimentos sociais (GOHN, 2008). Já a partir dos anos 1990, com o alargamento da democracia, a busca pelas demandas sociais e melhoria na qualidade dos serviços públicos se constituiu em novos formatos, por intermédio de mecanismos de controle e de participação social (FAGNANI, 2011).

O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão a cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental. (DAGNINO, 2004, p. 95).

As análises das interações entre o Estado e a sociedade civil que antes estavam sobre os atores comunitários e movimentos sociais, a partir dos anos 1990 converteram-se para os espaços participativos. “A partir do final dos anos 80, os estudos sobre participação, sociedade civil, espaço público, cidadania avançaram na mesma proporção em que os estudos sobre os movimentos sociais declinaram” (TATAGIBA, 2011, p. 1). Com isso, os estudos passaram a enfatizar os espaços institucionais de participação em detrimento dos atores e suas práticas.

Contudo, conforme aponta Amâncio (2013), o acesso ao Estado está para além dos espaços participativos, os quais têm sido o foco da literatura desde o começo dos anos 1990. O foco nas instituições participativas acaba por excluir certos atores sociais, visto que sua abordagem se restringe “àqueles mais organizados e detentores de maiores recursos políticos e até mesmo materiais e que atuam em âmbito municipal” (AMÂNCIO, 2013, p. 23). Este recorte analítico, focado nos espaços participativos e nos atores mais organizados em nível local,

[...] invisibilizou certos tipos de estratégias de interação com o poder público para o encaminhamento das demandas coletivas, que passam ao largo desses espaços, como por exemplo, as interações que se dão através de intermediários partidários ou pela relação histórica com movimentos sociais que atuam em outros níveis, ou pelas ações de protesto, mobilização local para o encaminhamento de abaixo-assinados e ofícios, ações judiciais, entre várias outras estratégias. A utilização de ferramentas judiciais, abaixo-assinados, ofícios, intermediários políticos, relações com o legislativo, dentre outras variadas formas de chamar a atenção do poder público para as demandas coletivas são pouco estudadas, ou, na maioria dos casos, excluídas da análise por serem consideradas estratégias clientelistas e muitas vezes taxadas como pouco democráticas. (AMÂNCIO, 2013, p. 23-24).

Na literatura sobre participação social os atores locais são pouco analisados, e com isso, tende-se a desconsiderar que as instituições políticas e as políticas públicas convergem “à descentralização, e que as dinâmicas cotidianas destes atores vão no sentido de um plano mais local” (AMÂNCIO, 2013, p. 24). Os impactos da descentralização e das dinâmicas dos espaços participativos sobre os atores locais, que tenderiam a uma gestão democrática e participativa, foram desapontados pelos movimentos sociais. Pois, o projeto democrático se orientou por uma lógica partidária e eleitoral, distinta do *modus operandi* daqueles movimentos, alterando assim, a dinâmica das lutas sociais.

As lutas sociais empreendidas pelos movimentos sociais nas periferias da cidade de São Paulo, iniciadas nos anos 1970, se pautavam em reivindicações de

acesso a serviços públicos básicos, como: energia elétrica, creches, postos de saúde, telefones públicos. No entanto, ao longo dos anos as ações de mobilização dos movimentos já não mais faziam sentido, pois, as estratégias de permeabilidade no Estado foram modificadas, dada a descentralização e os mecanismos de participação instituídos. Os movimentos sociais deixaram de mediar às negociações empreendidas pelas camadas populares junto ao Estado, na busca pela garantia de acesso aos direitos sociais.

A concepção de se ter mecanismos de controle do poder estatal surge com o desenvolvimento do Estado e se fortalece com a forma de governo democrática (CAMPOS; GOMES; PAIVA, 2012), amparada pelas lutas sociais e pautada pela busca de direitos e a inserção da participação popular na gestão pública. O controle social, conceitualmente “envolve responsabilidade, controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo” (PINHO; SACRAMENTO, 2009, p. 1364).

É no Estado democrático que os cidadãos têm a possibilidade e a oportunidade de exigirem governos responsáveis e transparentes. Concepções que se fortaleceram a partir do momento em que o Estado foi compreendido enquanto uma organização político-administrativa com a função de prover serviços públicos e considerado como um aparato da sociedade. (CAMPOS; GOMES; PAIVA, 2012, p. 424).

O enfoque das políticas públicas está hoje no nível local, nos processos de implementação e adaptação às realidades múltiplas e descentralizadas de acordo com Faria (2012). O reconhecimento da descentralização das políticas públicas faz com que se reconheçam também, as interações que ligam as comunidades ao poder público (AMÂNCIO, 2013). Para Lavalle e Isunza (2010), a descentralização estimula o fortalecimento do nível local, esfera onde ocorre a prestação de serviços e a multiplicação de instâncias de contato com a burocracia de nível de rua, ou seja, com os implementadores das políticas públicas.

Os cidadãos que acessam os serviços públicos conhecem definitivamente suas necessidades e deman-

das. Partindo desse apreço, são considerados importantes agentes que ativam mecanismos de controle das ações do Estado, visto que, pressionam os políticos e a burocracia de rua, a responsabilização estatal. O controle social torna-se então, o mecanismo de desenvolvimento do processo democrático e o instrumento de aperfeiçoamento da qualidade dos serviços públicos.

2.2 CARÊNCIAS URBANAS E A BUSCA PELO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS

A trajetória da cidadania no Brasil está atrelada ao reconhecimento dos direitos e carências coletivas emergidas. Os estudos que versam sobre as mobilizações da sociedade brasileira na busca pelo reconhecimento dos direitos sociais e o acesso às políticas públicas elencam inúmeras conquistas emergidas de lutas associativas, de movimentos sociais e sindicais. Duarte (2008), ao analisar o associativismo de bairro na cidade de São Paulo evidenciou que já nos anos 1940 e 1950 havia atores sociais que discutiam os aspectos políticos das cidades, como os Comitês Democráticos e Populares (CDP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O funcionamento dos CDPs variava de bairro para bairro, assim como suas estratégias foram se alterando ao longo do tempo. De modo geral, suas ações abrangiam a promoção e o desenvolvimento político cultural dos bairros populares, o estímulo a campanhas de reivindicação de postos de saúde, bibliotecas públicas, farmácias populares, cursos de alfabetização, e o combate ao açambarcamento, ao câmbio negro e à burla do tabelamento de gêneros de primeira necessidade. (DUARTE, 2008, p. 196).

Em São Paulo, as Sociedades Amigos de Bairros (SAB) também expressaram o associativismo local, as quais eram marcadas pela presença de atores que se organizavam em torno de diversas demandas sociais. O associativismo de bairro instaurado pelas SAB se constituía [...] “como expressão dos interesses dos moradores dos bairros da periferia” (DUARTE, 2008, p. 206). Os Comitês Democráticos e Populares (CDP) e as Sociedades de Amigos de Bairro (SAB),

[...] sob as mais variadas influências partidárias, de um lado se assumiram como vetores das demandas populares por serviços e equipamentos urbanos e, de outro, se investiram do direito de expressá-las. Do ponto de vista das classes populares, essas organizações tornaram evidente que a ideia de democracia, ou de redemocratização, estava diretamente vinculada à moradia, transporte, trabalho, saneamento, escola, postos de saúde, lazer, liberdade de organização, baixo custo de vida etc., ou seja, àquilo que se poderia emblematicamente chamar de “direito à cidade”. Desse modo, a agenda política dessas organizações colocava em discussão não apenas os termos do “direito à cidade”, como também a pergunta: afinal quemalaria em nome dos trabalhadores e dos moradores dos bairros de periferia? (DUARTE, 2008, p. 196).

A análise de Gohn (2008), também se pautou sobre a cidade de São Paulo, porém, sobre os movimentos sociais que emergiram nos anos 1970 e 1980. Para a autora, o movimento social é a expressão máxima de um sujeito coletivo em ação. Ela destaca a presença das Comissões Pastorais de Periferia Urbana e dos Movimentos contra os Loteamentos Clandestinos (MLC), os quais se opunham às construções populares, que eram feitas apenas segundo os interesses dos loteadores, sem nenhuma regulamentação urbanística.

Após as eleições municipais de 1974 os movimentos feministas ganharam destaque sobre o país e grupos de mulheres passaram a atuar fortemente por meios de sindicatos frente as suas demandas (GOHN, 2008). Entre 1975 a 1982 tem-se um dos períodos mais marcantes da sociedade brasileira, com a articulação das lutas em torno da resistência ao Regime Militar, baseadas em reivindicações em prol de eleições diretas.

Na segunda metade dos anos 1970 a luta social fora empreendida pelos movimentos estudantis, que tiveram um importante papel na busca pela redemocratização no país. Em 1978, a luta pela questão racial, fora o auge das mobilizações sociais, impulsionando a criação do Movimento Negro Unificado. Nos anos subsequentes, somado as outras mobilizações, nasce o movimento dos professores e outros profissionais na área da educação e saúde, lutando por melhorias em suas carreiras (GOHN, 2008).

Em 1979 destaca-se o Movimento dos Transportes Coletivos, que teve seus principais efeitos também na

cidade de São Paulo, com a paralisação da cidade, em busca de melhorias nos serviços prestados. Também em 1979, os movimentos de luta por creches e movimentos das favelas lutavam pela garantia de acesso aos serviços públicos nas periferias. Nos anos 1980, instaurou-se o movimento dos desempregados, que agiam por meio de ocupações em órgãos públicos como forma de reivindicarem a criação de empregos. Em 1983, foi estabelecidos movimentos de luta por moradias, que rapidamente compareciam em manifestações, na busca por questões habitacionais (GOHN, 2008).

Com a promulgação da Constituição de 1988, a dinâmica dos movimentos populares sofreu algumas modificações, dada a reorganização institucional das políticas públicas. O que não significou “o seu desaparecimento e nem o seu enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos relevantes, mas uma rearticulação, interna e externa, de seu papel na sociedade” (GONH, 2008, p. 6). Nesse período diversos atores dos movimentos sociais ascenderam ao poder público, influenciando em grande medida na nova dinâmica dos movimentos. Com este novo cenário, articulações foram estabelecidas e a maioria dos movimentos passou a atuar em redes e a construir agendas anuais de congressos e manifestações públicas (GOHN, 2008).

2.3 A AÇÃO COLETIVA NO MICROTERRITÓRIO

Sobre o aspecto microterriortrial³ e com olhares não especificadamente sobre o Estado e nas instâncias participativas, um estudo empírico realizado por Amâncio; Serafim e Dowbor (2011) revelou a intensa atuação de controle social relacionada com a provisão de serviços públicos de saúde e assistência em regiões de baixa renda em São Paulo, no qual,

[...] permitiu tornar visíveis os atores coletivos que, contrariando as proposições da literatura, não constituem protagonistas dos seus respectivos setores e não restringem ações de controle societal aos espaços de

3 A análise microterritorial, diz respeito, às ações coletivas empreendidas no nível local, das quais possuem dinâmicas políticas próprias, considerando a diversidade de sujeitos e formas de ação existentes construídas historicamente e mutuamente pelos atores ali presentes (AMÂNCIO, 2013).

participação institucionalizada. (AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011, p. 362).

Com os achados da pesquisa constatou-se que na provisão dos serviços públicos de saúde e assistência social, “as ações de controle social são empreendidas por atores inesperados pela literatura, as associações de bairro” (AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011, p. 287). A análise empírica demonstrou que,

No microterritório, onde os serviços públicos de saúde e assistência social são disponibilizados aos usuários, existe uma gama de ações de controle societal. Essas ações são realizadas por atores que denominamos generalistas, porque atuam em vários setores de políticas públicas sem se constituir como protagonistas de nenhum deles. Tal resultado aponta que sua atuação não pode ser depreendida das principais proposições teórico-analíticas da literatura. Sobre os tipos de ação de controle societal, a pesquisa indica a ampla variedade utilizada, desde as formas mais contenciosas até as mais institucionalizadas, o que adverte sobre os riscos de restringir a análise setorial aos espaços participativos utilizados pela literatura. (AMÂNCIO; SERAFIM; DOWBOR, 2011, p. 309-310).

O recorte analítico da literatura sobre os espaços participativos e nos atores sociais mais organizados, que pautavam sua participação sobre os espaços participativos institucionais, em detrimento das ações de mobilização dos movimentos sociais, invisibilizou outras estratégias de interação socioestatal utilizadas para encaminhar demandas coletivas (AMÂNCIO, 2013). A literatura contemporânea explora hoje a relação entre a participação e as políticas públicas, a partir do debate do controle social, evidenciando que as ações de controle social são empreendidas por atores sociais diversos, para além daqueles descritos pela literatura. É a partir desta perspectiva que os dados empíricos deste estudo serão analisados.

Ainda sobre a análise o microterritório, Amâncio (2013), estabeleceu uma tipologia de análise dos atores coletivos microterritoriais, a partir de suas características, demandas, relações e práticas. Os tipos de ação coletiva microterritorial organizados na tipologia, que distingue suas lógicas de atuação em

cinco tipos: associativismo comunitário, conselhistas, partidária, movimentalista e assistencialista, tiveram como finalidade facilitar o entendimento das dinâmicas políticas microterritoriais (AMÂNCIO, 2013).

O associativismo comunitário,

Expressa a forma mais tradicional de ação coletiva local descrita pela literatura em termos de formato institucional e também da natureza das atividades realizadas. Representado pelas associações comunitárias ou de moradores que organizam demandas e as encaminha para o poder público, geralmente através de escritórios, na maioria das vezes desempenham uma ampla variedade de atividades, em diversos setores, desde um caráter reivindicatório até a prestação de serviços via convênios, sendo os típicos atores generalistas que representam todo o tipo de interesses comunitários. (AMÂNCIO, 2013, p. 157-158).

A ação coletiva conselhistas é um ativismo realizado a partir dos conselhos gestores de políticas públicas, no qual, esses passam a desempenhar a função de ator coletivo⁴ e não só de espaço participativo (AMÂNCIO, 2013). Os conselheiros tornam-se por sua vez, “organizador(es) da ação coletiva local e porta de entrada de todo tipo de demanda comunitária” (AMÂNCIO, 2013, p. 159).

A ação coletiva partidária compreende atores sociais que “utilizam fortemente de uma estratégia de permeabilidade para conquistar as demandas sociais por intermédio de redes partidárias e parlamentares e um contato privilegiado com atores do sistema político” (AMÂNCIO, 2013, p. 158).

Na ação coletiva movimentalista, concentram-se atores coletivos, ainda que organizados localmente, mobilizam-se, se relacionam com movimentos sociais e entidades articuladoras de movimentos que atuam em outros níveis, a ponderar, os movimentos que se organizam setorialmente. A busca pela melhoria na qualidade de serviços e políticas públicas dos atores coletivos retratados nessa tipologia transcende os limites setoriais dos movimentos, “[...] sendo igualmente generalistas, ou seja, lutando por melhorias para todos os tipos de problemas do

⁴ Ator coletivo diz respeito ao(s) sujeito(s) que mais se relaciona com o Estado para buscar melhorias na qualidade dos serviços públicos.

bairro e utilizando estrategicamente tais redes setoriais para atingir esses objetivos” (AMÂNCIO, 2013, p. 157).

O assistencialismo é um tipo de ação coletiva local restrita à ajuda mútua. As ações “não têm caráter reivindicativo propriamente político e coletivo, como o principal eixo de sua inserção local” (AMÂNCIO, 2013, p. 160).

A tipologia de ação coletiva microterritorial estabelecida por Amâncio (2013), demonstram os tipos predominantes de ação coletiva encontrados no território e utilizados pelos atores coletivos para encaminhar suas demandas. Essas dinâmicas de ação tornam-se, portanto, estratégias de permeabilidade socioestatal, isto é, formas de acesso ao Estado. Os caminhos que levam os atores coletivos microterritoriais ao Estado perpassam diversos canais, repertórios e formas de ação coletiva, que vão desde intermediários da sociedade civil e política, canais participativos, administrativos, a instâncias do judiciário, manifestações, abaixo-assinado e ofícios entregues aos órgãos públicos (AMÂNCIO, 2013).

Os repertórios de ação coletiva⁵ compreendem as lideranças locais, como religiosos, lideranças comunitárias; as organizações coletivas, representadas por associação de moradores, sindicatos, movimentos sociais; os gestores ou parlamentares, constituídos pelos agentes comunitários, gestores de equipamentos públicos, prefeito, vereadores; as estruturas administrativas, concebidas pelas secretarias municipais, coordenadorias de políticas públicas; os espaços participativos, pelos conselhos gestores de políticas públicas, fóruns e conferências; instâncias judiciais, caracterizadas pelas ouvidorias, Ministério Público, instâncias do Poder Judiciário; manifestações, abaixo-assinados, ofícios. Há, portanto, uma diversidade de formas, ação e organização que marcam as interações sociopolíticas no microterritório, em torno da busca pela melhoria na qualidade dos serviços públicos e o acesso aos direitos coletivos.

3 METODOLOGIA

A partir de uma abordagem exploratória e qualitativa, o presente estudo aborda as interações socio-
5 São instrumentos, meios, caminhos e formas de permeabilidade no Estado, utilizados pelos atores coletivos microterritoriais para encaminhar demandas sociais.

políticas e o acesso às políticas públicas, por meio de dois bairros periféricos do município de Lavras-MG. Este estudo é um desdobramento do projeto de iniciação científica: *Dinâmicas políticas microterritoriais e acesso às políticas públicas no município de Lavras*, na Universidade Federal de Lavras, coordenado pela profa. Dra. Júlia Moretto Amâncio.

O estudo caracteriza-se como um estudo de caso dos bairros Fonte Verde e Novo Horizonte, localizados no município de Lavras, Minas Gerais. Este estudo se valeu de dados primários, que foram coletados por meio de entrevistas com questionário semiestruturado a 35 atores coletivos encontrados no município, identificados a partir de um perfil participativo e de atuação coletiva na busca de melhorias na qualidade dos serviços públicos. Os dados foram coletados também, por intermédio da técnica de observação simples. Foram analisados 16 bairros do município, contemplando todas as regiões urbanas da cidade. A metodologia utilizada pela pesquisa fora à técnica *snowball* – bola de neve, onde os atores coletivos foram identificados a partir de relatos e indicação de moradores dos bairros analisados ou trabalhadores dos equipamentos públicos próximos aos mesmos.

Os moradores constituíram também, peça chave do estudo, pois, relataram as condições de acesso às políticas e as dinâmicas políticas no nível local. Buscando responder aos questionamentos deste estudo. A escolha dos bairros analisados se deu pela percepção da localização periférica de ambos, nos quais concentram-se famílias de baixa renda, segregadas não só territorialmente como politicamente. Os dados utilizados foram coletados e codificados no período de Janeiro de 2015 a Fevereiro de 2016. A apreciação dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo.

As informações selecionadas para análise levaram em consideração os seguintes aspectos: o histórico de mobilização dos bairros analisados, desde a ocupação dos territórios em questão; o levantamento das principais demandas das comunidades ao longo do tempo, relacionadas à melhoria na qualidade dos serviços públicos e ao acesso aos direitos coletivos; os repertórios de ação coletiva mobilizados pelas comunidades ao longo do tempo.

Assim como, as redes de relações entre as lideranças comunitárias e as comunidades locais, estabelecidas para a organização da comunidade na busca por demandas coletivas. As redes de relações entre as lideranças comunitárias e lideranças políticas do município e funcionários de equipamentos públicos, visando o encaminhamento de demandas coletivas e a cobrança de melhorias na qualidade dos serviços públicos. E a identificação das conjunturas críticas e fatores que explicassem momentos de maior ou menor mobilização local em cada um dos bairros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De modo geral, na busca por melhorias na qualidade dos serviços públicos e ao acesso às políticas públicas no município de Lavras, os atores coletivos identificados em cada região do município utilizam diversos repertórios de ação coletiva. Na zona norte, não fora encontrado nenhum ator coletivo que mobilizasse a comunidade em torno da busca de melhorias na qualidade dos serviços públicos ou tecido associativo propriamente estabelecido na comunidade. O que não significa que não são realizadas ações de controle social, pelo contrário, fora encontrado interações socioestatais estabelecidas por meio da Ouvidoria Municipal e denúncias na mídia local.

Nos bairros da zona sul foram identificados laços associativos rompidos – associação de moradores desativada, o que resultou em modificações nas interações socioestatais, antes mediadas pelo tecido associativo. As comunidades mobilizaram-se por intermédio de outros repertórios, lideranças comunitárias, manifestações e denúncias nas mídias locais, para buscarem melhorias na qualidade dos serviços públicos em nível local.

Na zona leste, boa parte dos bairros analisados possui uma entidade representativa – associação de moradores –, cuja interação com o poder público local se dá sob o crivo de “parcerias”, uma vez que o próprio associativismo ali presente efetiva boa parte das demandas sociais dos bairros analisados. Quando trabalhadas junto com o poder público, suas demandas

são encaminhadas por meio de ofícios às secretarias municipais. E sob a perspectiva reivindicatória, por meio de abaixo-assinados.

Outros bairros estabelecem sua relação com o poder público por associação comunitária de moradores, tendo suas demandas requeridas por intermédio de abaixo-assinado, atores do legislativo que intermediam a relação socioestatal. Na zona oeste, por sua vez, as interações entre sociedade civil e sociedade política no nível local, se dá por intermédio de associação comunitária de moradores, conselhos municipais de políticas públicas, mediante a participação de moradores e membros da associação nas instâncias participativas e ofícios, protocolados nas secretarias municipais, concernentes aos serviços demandados.

Os bairros Fonte Verde e Novo Horizonte, respectivamente, Residencial Fonte Verde e Conjunto Habitacional João da Cruz Botrel, estão localizados na zona sul do município e margeados pela BR 265. O bairro Fonte Verde é um conjunto habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, entregue aos seus moradores em novembro de 2015. No bairro residem hoje cerca de 500 famílias e não dispõe de nenhum equipamento público na localidade, apenas equipamentos dos bairros circunvizinhos, que já realizam o atendimento de cerca de 700 famílias, ainda conta com uma única linha de transporte coletivo.

O bairro Novo Horizonte, instituído por volta dos anos 1980, teve durante a sua constituição as moradias construídas por programas habitacionais, onde atualmente residem cerca de 600 famílias. Ele conta hoje com três equipamentos públicos: PSF 1 (Posto de Saúde – Programa Saúde da Família), Escola Municipal José Serafim e o Centro Municipal de Educação Infantil Arco Íris, conta, também, com uma única linha de transporte público.

4.1 DINÂMICAS POLÍTICAS NO MICROTERITÓRIO – COMPARAÇÕES OBJETIVAS ENTRE OS BAIRROS

Se valendo da tipologia de ação coletiva microterritorial, estabelecida por Amâncio (2013), observou-se que ambos os bairros possuem um associati-

vismo comunitário, representado pelas associações de moradores, que organizam as demandas coletivas e as encaminham para o poder público, ainda que de forma incipiente no bairro Fonte Verde e inativa no Novo Horizonte. As associações comunitárias realizam ações de caráter reivindicatório e representam todo tipo de interesse coletivo. Os atores coletivos são atores generalistas, uma vez que sua atuação perpassa sobre demandas diversas, ou seja, não são focadas em nenhum setor específico de política pública como saúde, educação etc.

Observou-se que não há interações constituídas a partir dos conselhos gestores de políticas públicas nos bairros, em virtude do desconhecimento do desenho institucional desses espaços participativos no município. A ação coletiva partidária, não fora evidenciada no Fonte Verde. Diferentemente, no bairro Novo Horizonte, a ação coletiva partidária fora encontrada, onde o próprio ator coletivo identificado se vale de redes partidárias para mediar às demandas coletivas com o poder legislativo.

Não se identificou em nenhum dos bairros interações sociopolíticas estabelecidas a partir de movimentos sociais ou entidades articuladoras. A ação coletiva, do tipo assistencialista, constituída pela ajuda mútua entre os moradores, é notadamente presente em ambos os bairros, segundo relatos e evidências dos moradores. Ações como, ajuda para os reparos nas casas e segurança no momento em que não se encontram nenhum morador em casa, o levar das crianças na escola. Contudo, esse tipo de ação coletiva não tem um caráter reivindicatório preciso.

No que diz respeito ao perfil dos atores coletivos, destaca-se a presença de jovens e de mulheres. A faixa etária dos atores coletivos: 18 a 50 anos. Quanto à formação dos entrevistados, a maioria concluiu o ensino médio. As atividades profissionais desenvolvidas pelos atores coletivos perpassam sobre o funcionalismo público, especificadamente sobre o setor de saúde e atividade parlamentar; iniciativa privada/autônomo e desempregado/estudante. Notou-se que as atividades desempenhadas pelos atores coletivos têm grande impacto sobre a disponibilidade de tempo na busca de

melhorias na qualidade dos serviços públicos, assim como a falta de conhecimento e informações sobre outras formas de permeabilidade socioestatal.

O desconhecimento de outras estratégias de permeabilidade estatal, a ponderar os conselhos gestores, deve-se ao seu funcionamento pouco efetivo, uma vez que as cadeiras em grande medida são ocupadas por instituições prestadoras de serviços públicos e funcionários dos equipamentos públicos. Faz-se necessário, portanto, efetivar o seu uso por meio de capacitações continuadas e pela maior participação de representantes dos usuários.

A diversidade de modos de ação coletiva e de organização encontradas no nível microrritório que mobilizam os moradores não explica por si só as interações sociopolíticas estabelecidas nos bairros analisados. Outros aspectos, como as segregações econômicas, políticas e sociais contribuem para a compreensão dos processos políticos que se dão neste nível.

O recorte territorial adotado no estudo revelou semelhanças e diferenças na constituição entre atores coletivos de ambos os bairros e instituições políticas. As trajetórias de mobilização e dos investimentos estatais em infraestrutura urbana, evidenciados pela presença ou ausência de equipamentos públicos nos bairros revelaram que esses bairros tiveram padrões diferentes de ocupação e de intervenção estatal, o que estabeleceu precariedades distintas entre eles. As reconstituições históricas deles informaram que diferem em termos de sua construção política, na medida em que, o Fonte Verde, não estabeleceu relações com atores políticos, ao contrário do Novo Horizonte e as formas de organização coletivas são diversas em ambos.

A literatura ao estudar as relações entre sociedade civil e sociedade política nos anos 1970, relatou que a busca pelas demandas sociais pautou-se pelas ações de diversos movimentos sociais. O que não fora objetivamente observado nos casos analisados, apenas algumas citações de diálogo onde o ator coletivo do Fonte Verde vivenciou as mobilizações de movimentos sociais em São Paulo e o ator coletivo do Novo Horizonte compunha movimentos religiosos na comunidade, fora até esta a motivação para formação da associação no bairro Novo Horizonte.

Fora possível analisar, portanto, que ambos os bairros abarcados pelo estudo utilizam mecanismos diversos para viabilizar as interações sociopolíticas na busca de melhorias na qualidade dos serviços públicos e acesso aos direitos coletivos. No entanto, outras estratégias de permeabilidade socioestatal, para além das identificadas, podem fortalecer esta busca. Pode-se citar, neste sentido, a criação de redes de relações entre as lideranças locais, o estabelecimento de vínculos entre as associações comunitárias, visando à troca de informações e fortalecimento de legitimidade das mesmas.

Ainda, a criação de vínculos com a burocracia de nível de rua, como gestores de equipamentos públicos locais, agentes comunitários das unidades básicas de saúde e assistentes sociais, pois, esses atores lidam diretamente com a prestação de serviços públicos e se apresentam como importantes meios de intermediação das demandas coletivas.

O estabelecimento de redes com membros de cargos eletivos municipais, tanto do poder legislativo como o poder executivo, também é outro mecanismo de permeabilidade socioestatal. Pois, os repertórios de ação coletiva encontrados no campo, os quais são mecanismos não institucionalizados, necessitam em grande medida de atores da sociedade civil ou do sistema político com certa legitimidade para encaminhar as demandas coletivas ao poder público.

Não menos importante, os canais institucionalizados de participação social são mecanismos de intermediação das demandas coletivas e da garantia de direitos (AMÂNCIO, 2013), que precisam não apenas ser utilizados pelas comunidades estudadas, mas, também melhor apresentados e divulgados. Pois, o que se vê no município de Lavras é uma grande massa de prestadores de serviços públicos, ocupando os espaços de discussões que mais dizem respeito aos cidadãos, beneficiários das políticas públicas. No município de Lavras há diversos conselhos gestores de políticas públicas em funcionamento, mas, apesar de diante da institucionalidade dels e sua natureza deliberativa, em nenhum dos bairros estudados eles foram citados.

Instâncias judiciais ou mecanismos de sanção não foram identificados no estudo, mesmo com alguns

contravindos da implementação da política de habitação no bairro Fonte Verde e a falta de intersectorialidade das políticas de saúde, educação e transporte coletivo. O Ministério Público, que nos últimos anos vem atuando sobre a judicialização de questões sociais, não foi citado em nenhum dos bairros analisados, acredita-se que dado o desconhecimento por parte dos cidadãos do real papel dessa instância. Essa instituição pode contribuir com a efetividade e fortalecimento dos espaços de participação, por intermédio de “mecanismos de ocupação dos assentos colegiados, à institucionalização de regras de autogoverno e à garantia de cumprimento de suas deliberações” (MACHADO, 2013, p. 114).

Espera-se, por sua vez, dado todo o histórico de interação sociopolítica, que as demandas auferidas no estudo sejam trabalhadas de forma intersectorial, não apenas nos bairros analisados, mas em todo município. Pois, a participação social não poder ser tangenciada apenas na identificação de demandas coletivas, mas, deve ser tomada como um instrumento de gestão pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas de ação e de organização encontradas no nível microterritorial são múltiplas, a partir de cada um dos bairros analisados. Este estudo não tencionou um levantamento de todas as possíveis formas de relação entre Estado e a população das regiões periféricas analisadas, mas, buscou enfatizar e compreender como elas se articulam em torno de demandas coletivas no campo dos direitos. Por essa razão, pouco espaço foi conferido a ações que ocorrem no microterritório, fora deste escopo dos direitos, como organizações culturais, religiosas, filantrópicas e até pouco foi enfatizado a discussão sobre violência e suas formas de organização nas regiões periféricas.

A diversidade de modos de ação coletiva e de organização encontradas no nível local, que mobilizaram os atores coletivos e moradores das comunidades em busca de demandas coletivas, não explica por si só as interações sociopolíticas es-

tabelecidas nos bairros analisados. Outros aspectos como as segregações econômicas, políticas e sociais, não aprofundadas no estudo, devem ser analisadas por estudos vindouros.

O recorte territorial adotado no estudo revelou semelhanças e diferenças entre os bairros analisados, como as formas de permeabilidade estatal, representadas por meio dos repertórios de ação coletiva. Analisou-se, que as principais demandas de acesso dos bairros analisados aos serviços públicos dizem respeito às políticas públicas de saúde, educação e transporte coletivo.

O caráter exploratório deste estudo partiu do reconhecimento de que antes do levantamento dos dados feito pela pesquisa: *Dinâmicas políticas microterritoriais e acesso às políticas públicas no município de Lavras*, pouco foi analisado sobre este universo microterritorial, do ponto de vista empírico. Pouco se produziu sobre a construção dos direitos e a extensão da cidadania no município. Contudo, os dados aqui apresentados não correspondem a toda realidade do município, sendo necessário, portanto, estudos que abarquem as peculiaridades de cada região, para que assim, possamos contribuir não só academicamente, mas também, estrategicamente com a gestão pública municipal.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, J.M. **Dinâmicas políticas**

microterritoriais: organizações comunitárias e acesso às políticas públicas na periferia de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 2013.

AMÂNCIO, J.M., SERAFIM, L.; DOWBOR, M.

Microterritorialidade e controle societal. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 84, 2011.

AVRITZER, L.; PEREIRA, M.L.D. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, p. 4-39, maio 2005. Número especial.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil:** longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CREMONESE, D. A difícil construção da cidadania no Brasil. **Revista Desenvolvimento em questão**, Unijuí, ano 5, n.9, jan-jun. 2007.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. IN: MATO, D. (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004.

DRAIBE, S. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84. In: D'ARAUJO, M.C.; SOARES, G.A. **21 anos de regime militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

DRAIBE, S. A política Social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, USP, nov. 2003.

DUARTE, A.L. Em busca de um lugar no mundo: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.21, n.42, p.195-219, jul-dez. 2008.

DURHAM, E.R. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, n.10, out. 1984.

FAGNANI, E. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para discussão**, Campinas, IE/Unicamp, n.192, jun. 2011.

FARIA, C.A.P. **Implementação de políticas públicas:** teoria e prática. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

FELTRAN, G.S. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n.72, p.83-114, 2007.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOHN, M. G. Associativismo civil e movimentos sociais populares em São Paulo. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v.44, n.2, p.130-138, 2008.

LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. In: ISUNZA VERA, E.; LAVALLE, A. (Coord.). **La innovación democrática em América Latina. Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social**. México: Centro de Investigaciones estudios Superiores em Antropología Social, Universidade Veracruzana, 2010.

MACHADO. E.P. **Ministério Público, gestão social e os conselhos gestores de políticas públicas**. Lavras: UFAL, 2013. 132 p.

MARSHALL, T.H. Cap. III Cidadania e Classe Social. **Cidadania, classe social e status**. São Paulo, Zahar, 1967.

NOGUEIRA, V.M.R. Estado de Bem-Estar Social: origens e desenvolvimento. **Revista Ketalysis**, n.5, jul-dez. 2001.

NUNES, E. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. **Lua Nova**, São Paulo, n.17, jun. 1989.

OTTMANN, G. Cidadania mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil. **Novos Estudos**. São Paulo, março 2006.

PINHO, J.A.; SACRAMENTO, A.R. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **RAP**, Rio de Janeiro, v.43, n.6, p.1343-1468, nov/dez. 2009.

SANTOS, W.G. Cap. 4. Do Laissez-faire repressivo à cidadania em recesso. **Cidadania e Justiça**, Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TUDE, J.M. **Conceitos gerais de políticas públicas**. Disponível em: <http://terreiros.vc/articles/0000/1494/Artigo_Jo%C3%A3o_Martins_Tude.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2015.

VIEIRA, J. Estado, sociedade civil e accountability. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, n.1, p.605-626, jun. 2005.

Data da submissão: 9 de Maio de 2018
Avaliado em: 20 de Maio de 2018 (Avaliador A)
Avaliado em: 1 de Junho de 2018 (Avaliador B)
Aceito em: 2 de Junho de 2018

1 Especialista em Gestão Pública Municipal e Bacharela em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras – UFAL.
E-mail: jessikajonas20@gmail.com

2 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras – UFAL;
E-mail: jumorettoamancio@gmail.com